

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
 Nire: 33.30028205-0
 Protocolo: 00-2014/333300-3 - 22/09/2014
 CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM
 E DATA ABAIXO. 23/09/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO

ED33000564-0/000
 DATA: 24/09/2014

Valéria G.M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL

00-2014/333300-3 22 set 2014 16:20
 JUCERJA Guia: 101313807
 3330028205-0 Atos: 980
 ESTACIO PARTICIPACOES S/A
 HASH: S14093333003S
 Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
 mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
 ULT. ARQ.: 00002674116 19/09/2014 503

1- REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: **ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A**

(da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	980			INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMIS- SÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES

(vide Instruções de preenchimento e Tabela 2)

RIO DE JANEIRO

Local
 22 / 09 / 2014
 Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO**

Assinatura: **Despachante Documentalista**

Telefone de contato: **CRDD/RJ nº 00256**

2- USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
 A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
 (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
 (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

GILBERTO A. MOTTA
 VOGAL - Matr. 347-5
 Presidente da Turma

Oscar Argollo
 Vogal
 Matr. 364-0
 Vogal

MAURO TINOCO
 VOGAL
 JUCERJA
 Matr. 417-6
 Vogal

OBSERVAÇÕES:

FORTAN GRÁFICA

REF: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Valéria G.M. Serra
 Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
 Nire: 33300282050
 Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
 CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACCB
 Arquivamento: ED33000564-000/0

3



726313

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA (2ª) EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

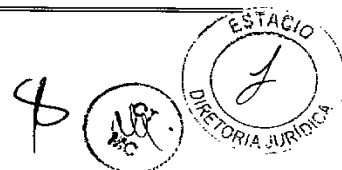
Como Emissora

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Como Agente Fiduciário

**DATADA DE
19 DE SETEMBRO DE 2014**



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

4



726314

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA (2ª) EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta (categoria A) perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") obtido em 01 de janeiro de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, 6º andar, Barra da Tijuca, CEP 22775-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.807.432/0001-10, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE nº 33300282050 perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE nº 33202197198 perante a JUCERJA ("**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora, "**Partes**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares de Debêntures (conforme abaixo definidas) ("**Debenturistas**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"),

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda (2ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Estácio Participações S.A." ("**Escritura**" e "**Debêntures**", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente emissão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("**Emissão**"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**"), da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), e a celebração desta Escritura e do Contrato de Colocação (conforme definido abaixo) serão realizados com base nas deliberações do Conselho de Administração da Emissora, conforme reunião realizada em 15 de setembro de 2014 ("**RCA**"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726315

para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com os termos do parágrafo 1º, do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal da Emissora foi consultado sobre a Emissão, não tendo apresentado qualquer oposição a sua realização.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. Os atos societários relativos à Emissão que eventualmente venham a ser realizados após o registro da Escritura serão igualmente arquivados na JUCERJA e publicados pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, conforme legislação em vigor.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário I (uma) via original desta Escritura e, conforme seja o caso, dos eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCERJA, em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da obtenção dos referidos registros.

2.1.3. Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições aplicáveis, estando automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP.




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726316

2.1.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. Nos termos do artigo 1º, parágrafos 1º e 2º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, a presente Oferta será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) o desenvolvimento e/ou a administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação; (ii) a administração de bens e negócios próprios; e (iii) a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a segunda (2ª) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

7



726317

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados para reforço de caixa da Emissora para fazer frente à sua política de expansão e de investimentos.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário, por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.8.3. Somente investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e do artigo 4º da Instrução CVM 476 (em conjunto, "Investidores Qualificados"), poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

nll

5



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

8



3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores (conforme definidos abaixo), para a totalidade das Debêntures, nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sob Regime de Garantia Firme de Colocação da Segunda (2ª) Emissão Pública da Estácio Participações S.A.” (“Contrato de Colocação”), com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”).

3.9.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme definido nesta Escritura.

3.9.3. A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

3.9.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

3.9.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) a Emissão será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM; (iii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável; e (iv) concorda expressamente com todos os termos e condições dessa Emissão.

3.9.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.10 Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding)

3.10.1 Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição da Sobretaxa (conforme definida abaixo) que compõe os Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), observado o disposto na Cláusula 4.5 abaixo (“Procedimento de Bookbuilding”).

ml

S



[Assinatura]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726319

3.10.2 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, a ser celebrado sem a necessidade de prévia aprovação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) neste sentido, uma vez que as taxas máximas de remuneração das Debêntures já foram deliberadas por meio da RCA, o qual deverá ser levado a registro perante a JUCERJA, de acordo com os termos desta Escritura, estando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de outubro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ocorrendo, portanto, em 15 de outubro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses (i) de aquisição facultativa com o consequente cancelamento das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.2 abaixo, (ii) de resgate antecipado facultativo, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo, (iii) de oferta de resgate antecipado, nos termos da Cláusula 5.4 abaixo, e (iv) de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 5.5 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo) devidos e Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, ambos calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

7



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

70



726320

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP.

4.1.6. *Espécie*

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia adicional real ou fidejussória.

4.1.7. *Conversibilidade*

4.1.7.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2. **Subscrição**

4.2.1. *Forma e Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA e serão integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 ("Data de Subscrição").

4.2.2. *Preço de Subscrição*

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

4.2.3. *Direito de Preferência*



4.2.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4. **Atualização do Valor Nominal**

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures por qualquer índice.


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso limitado a 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com as Taxas DI, "Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário ("Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário"), conforme o caso, desde a Data de Emissão ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), até a Data de Vencimento.

4.5.1.2. Ressalvadas as hipóteses de aquisição facultativa total com o consequente cancelamento das Debêntures, de resgate antecipado facultativo, de oferta de resgate antecipado e de vencimento antecipado, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures, ou, caso estes não sejam Dias Úteis (conforme definido abaixo), no primeiro Dia Útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 15 de abril de 2015.

4.5.2. Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios

4.5.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

ul

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

12



726322

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

10



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726323

onde:

spread = Sobretaxa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais, em qualquer caso limitada a 1,4000.

DP = número de Dias Úteis (conforme definido abaixo) entre a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.5.2.2. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

(i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.5.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência de Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726324

deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização (conforme definido abaixo) em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.5.3. Período de Capitalização

4.5.3.1. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.6. Repactuação Programada

4.6.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal das Debêntures, conforme o caso, será amortizado pela Emissora em 5 (cinco) parcelas semestrais e iguais, a partir do 3º

ur
ESTACIO
DIRETORIA JURÍDICA

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

(terceiro) ano, contado da Data de Emissão, nas datas e percentuais detalhados abaixo, sendo o primeiro pagamento efetuado em 15 de outubro de 2017.



DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO SALDO DO VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
15 de outubro de 2017	20,00%
15 de abril de 2018	20,00%
15 de outubro de 2018	20,00%
15 de abril de 2019	20,00%
15 de outubro de 2019	Saldo Devedor remanescente do Valor Nominal Unitário

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, até 15 (quinze) Dias Úteis (conforme definido abaixo) antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário e/ou pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.

4.8.1.4. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

eli

2




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.3. *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais continuarão a incidir até que o valor devido seja efetivamente pago, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.8.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.9. **Publicidade**

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), conforme aplicável, bem como as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da data da sua realização.



17



726327

5. DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO.

5.1. Amortização Extraordinária Facultativa

5.1.1. Sujeito ao atendimento das condições previstas nesta Cláusula, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 15 de outubro de 2016, mediante publicação de aviso prévio aos Debenturistas e envio de comunicado ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da data do evento, amortizações extraordinárias facultativas sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures em Circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures em Circulação, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data da efetiva amortização extraordinária facultativa, incidente sobre o percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado extraordinariamente, (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, se for o caso, e (iii) de prêmio *flat* de amortização extraordinária facultativa que deverá ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = d/252 * 0,25\% * \text{VN}$$

Onde:

VN = Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário; e

d = quantidade de Dias Úteis (conforme definido abaixo) a transcorrer entre a data da efetiva amortização extraordinária facultativa e a Data de Vencimento.

5.1.2. Os valores pagos a título de amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, serão sempre imputados de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário constantes da Cláusula 4.7.1 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário.

5.2. Aquisição Facultativa

ver

15



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726328

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pelas leis e instruções normativas aplicáveis, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

5.3. Resgate Antecipado Facultativo

5.3.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de outubro de 2016 ("Período de Resgate Antecipado Facultativo") realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

5.3.2. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado o Período de Resgate Antecipado Facultativo, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.9 desta Escritura ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementada pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado Facultativo"). A Data de Resgate Antecipado Facultativo deverá obrigatoriamente ser um Dia Útil. Todas as Debêntures serão liquidadas na mesma data.

5.3.3. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo); e (iii) o valor do prêmio *flat* de resgate; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.3.4. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, além da CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário também deverão ser comunicados pela Emissora sobre o referido Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo.

5.3.5. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

vlr





726329

5.3.6. Após a publicação da Comunicação de Resgate, a Data de Resgate Antecipado só poderá ser alterada caso: (i) a CETIP seja comunicada sobre a alteração da Data de Resgate com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil da Data de Resgate que se pretender alterar; e (ii) seja obtida prévia autorização de Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

5.3.7. O valor de resgate a ser pago pela Emissora na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo ("Valor do Resgate Antecipado") será correspondente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo, (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos, se for o caso, e (iii) de prêmio *flat* de resgate que deverá ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = d/252 * 0,25\% * \text{VN}$$

Onde:

VN = Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário; e

d = quantidade de Dias Úteis (conforme definido abaixo) a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado e a Data de Vencimento.

5.3.8. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora do Valor do Resgate Antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura, nos termos da Cláusula 5.5.1.1 (ii), abaixo.

5.4. Oferta de Resgate Antecipado

5.4.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta facultativa de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado"), de acordo com as seguintes condições:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.9 acima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



726330

20

Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou à parte das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo); (b) caso seja parcial, a quantidade de Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e, caso necessário, os procedimentos para sorteio das Debêntures a serem resgatadas; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio *flat* de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, com cópia para o Agente Fiduciário, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicarem seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures, e que deverá ocorrer em uma única data, a ser definida na publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado;

- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que desejarem aderir à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser superior a 10 (dez) dias;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da respectiva data do resgate antecipado, comunicar a data do resgate antecipado (1) ao Escriturador Mandatário, (2) ao Banco Liquidante, e (3) à CETIP, em relação às Debêntures custodiadas na CETIP;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (a) acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de prêmio *flat* de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora (exceto na hipótese de Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado (conforme definida abaixo) prevista na Cláusula 5.4.2.3 abaixo, em que o prêmio *flat* será obrigatório), o qual não poderá ser negativo; *del.*



4


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



726331

- (v) caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e a quantidade de Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) dos respectivos titulares de Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, o resgate antecipado será feito por meio de sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas serão informados, por escrito, com a antecedência prevista no Edital de Oferta de Resgate Antecipado sobre o resultado do sorteio;
- (vi) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 4.8.1 acima; e
- (vii) com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.

5.4.2 Caso a Emissora ou suas Controladas (conforme definido abaixo) deseje(m) conceder garantias reais, fidejussórias ou flutuantes a quaisquer dívidas, passivos ou outras obrigações financeiras da Emissora e/ou de suas Controladas, inclusive por meio de acesso ao mercado de capitais via emissão de dívidas, passivos ou outras obrigações financeiras que sejam, de qualquer forma, consideradas preferenciais ou seniores em relação à Emissão, deverá(ão) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de consultar previamente os Debenturistas, apresentando as características detalhadas das operações pretendidas, incluindo, mas não se limitando, ao montante, taxa, prazo, garantias e destinação de recursos.

5.4.2.1 O disposto na Cláusula 5.4.2 acima não se aplica nos casos em que a Emissora ou suas Controladas outorgar(em) garantia real ou fidejussória (i) em operações de investimento amparadas em linhas de banco de fomento, (ii) em operações de securitização imobiliária em que as garantias de tais operações sejam única e exclusivamente os imóveis objeto das operações ou os recebíveis provenientes de tais imóveis, e (iii) entre a Emissora e suas Controladas e de suas Controladas entre si (1) em contratos de locação de imóveis e/ou (2) em garantia de processos judiciais em valor individual ou agregado inferior a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”). Adicionalmente, o disposto na Cláusula 5.4.2 acima não se aplica nos casos de outorga de garantia fidejussória pela Emissora às suas Controladas (e nunca

4

ESTACIO
DIRETORIA JURÍDICA

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

22



726332

pelas Controladas à Emissora) e entre as Controladas, exclusivamente nas situações em que a Emissora ou as Controladas figurar(em) na qualidade de interveniente garantidora(s) em operações de aquisição (compra) de participação acionária em que uma das Controladas seja adquirente.

5.4.2.2 Os procedimentos para deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 5.4.2 acima deverão observar os termos da Cláusula 8 desta Escritura.

5.4.2.3. Caso Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação não aprovem em Assembleia Geral de Debenturistas as operações mencionadas na Cláusula 5.4.2 acima, ou caso não seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum e a Emissora reafirme o interesse em executar qualquer dessas operações, a Emissora, para que possa seguir com as referidas operações, deverá, obrigatoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4.2 ou da data em que a Assembleia Geral de Debenturistas deveria ter sido realizada, realizar, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula 5.4, uma oferta obrigatória de resgate antecipado ("Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado") da totalidade das Debêntures. O valor do resgate antecipado devido pela Emissora na hipótese de Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado prevista nesta Cláusula será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ou ao Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, acrescido (ii) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do resgate antecipado; (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, se houver; e (iv) de prêmio *flat* que deverá ser calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = d/252 * 0,25\% * \text{VN}$$

Onde:

VN = Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário; e

d = quantidade de Dias Úteis (conforme definido abaixo) a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento.

5.5. Vencimento Antecipado

5.5.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.5.1.1 Observado o disposto nas Cláusulas 5.5.3 e 8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos

20

[Assinatura]
ESTACIO
DIRETORIA JURÍDICA

[Assinatura]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACCB
Arquivamento: ED33000564-000/0

23



726333

Moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

(i) (a) pedido de autofalência da Emissora ou pedido de falência não elidido no prazo legal; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento ou da sua concessão pelo juiz competente, ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente da homologação judicial do plano de recuperação; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(ii) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;

(iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à emissão de Debêntures e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;

(iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida, passivo ou outra obrigação financeira da Emissora ou de qualquer empresa controlada pela Emissora, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 243, da Lei das Sociedades por Ações ("Controlada(s)"), em valor individual superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou em valor agregado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IPCA;

(v) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento, que não seja sanado em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da data de inadimplemento ou após decorrido qualquer prazo de cura, nos casos em que haja previsão de prazo específico, de qualquer dívida, passivo ou outra obrigação financeira da Emissora ou de qualquer Controlada, em valor individual superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou em valor agregado superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IPCA, salvo se o não pagamento da dívida, passivo ou outra obrigação financeira na data de seu respectivo vencimento (a) contar com a concordância do credor correspondente, formalmente comprovada ao Agente Fiduciário ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;

(vi) emissão de sentenças judiciais ou arbitrais definitivas, decisão e/ou multa administrativa ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora ou qualquer Controlada, dos quais não caibam mais recursos, que resulte(m) ou possa(m) resultar, isoladamente ou em conjunto, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer

21



Handwritten signature/initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

24



726334

Controlada, de valor individual superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou em valor agregado superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu valor equivalente em outras moedas, atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IPCA;

(vii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações e/ou cancelamento de seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM;

(viii) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão se tornarem comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável;

(ix) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, inverídicas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, na data em que foram prestadas;

(x) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre o capital próprio, quando a Emissora estiver inadimplente com os Debenturistas em relação a qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, exceto se aprovado em assembleia por Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e ressalvado o pagamento do dividendo obrigatório previsto em lei;

(xi) protestos legítimos de títulos contra a Emissora ou suas Controladas (essas últimas consideradas em conjunto) com valor individual ou agregado superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IPCA, salvo se for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;

(xii) alteração do objeto social conforme constante do estatuto social da Emissora em vigor na data de assinatura desta Escritura, que substancialmente modifique ou restrinja as atividades atualmente praticadas por ela, excetuando-se a alteração que torne a Emissora uma sociedade operacional, adotando um objeto social semelhante ao de suas Controladas ou, nos demais casos, se obtida autorização prévia de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo);

(xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem prévia autorização de Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo);

(xiv) redução de capital social da Emissora sem prévia autorização de Debenturistas

eli
ESTACIO
DIRETORIA JURIDICA

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

25



726335

titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo);

(xv) observado o disposto na Cláusula 5.4.2, na hipótese de serem prestadas, pela Emissora ou por suas Controladas, conforme aplicável, durante o prazo das Debêntures, garantias fora do curso normal de seus negócios, em operações não contempladas em seu objeto social;

(xvi) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição do Poder de Controle (conforme definido abaixo) da Emissora, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses. Para fins deste item (xvi), "Poder de Controle" significa, cumulativamente, (a) a titularidade de direitos de sócios que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora e o poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora, e (b) o uso efetivo do seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos societários da Emissora, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito;

(xvii) a qualquer tempo, contratação e/ou assunção, pelas Controladas consideradas em conjunto, sem prévia autorização de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), de toda e qualquer dívida, empréstimo e/ou financiamento em valor individual ou agregado superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), pela variação positiva do IPCA ("Limite de Endividamento"). Excetuam-se do conceito de dívida, empréstimo e/ou financiamento mencionado acima (a) o preço de aquisição a ser pago pela Emissora e/ou por quaisquer das Controladas na aquisição de participação acionária de sociedades fora do grupo da Emissora, inclusive por meio de fusão, associação ou incorporação (ou outro tipo de operação societária com efeitos similares) ("Operação Societária"), se contabilizado na rubrica "Compromissos a Pagar" da Emissora e/ou de quaisquer das Controladas, e (b) as obrigações tributárias (REFIS) da sociedade objeto da Operação Societária já existentes na data da Operação Societária. Excepcionalmente na hipótese de realização de uma Operação Societária, no caso de assunção, direta ou indiretamente, pela(s) Controlada(s), de dívida, empréstimo e/ou financiamento já existente na sociedade objeto da Operação Societária, o evento de inadimplemento de que trata este item (xvii) não terá ocorrido se a Emissora, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias contados da data de realização da Operação Societária em questão, restabelecer o Limite de Endividamento previsto neste item (xvii);

(xviii) ocorrência de eventos relevantes que comprovadamente afetem a capacidade operacional, legal e/ou financeira da Emissora e/ou de suas Controladas;

(xix) aquisição, fusão e/ou incorporação de ativos pela Emissora que sejam

ESTACIO
DIRETORIA JURÍDICA

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

comprovadamente estranhos ao seu objeto social;



726336

(xx) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas Controladas, exceto: (a) se previamente autorizado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo); (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de realização dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do resgate; (c) no caso de incorporação pela Emissora (ou seja, na hipótese da Emissora ser a incorporadora) de qualquer Controlada ou incorporação de ações ou de quotas de emissão de qualquer Controlada pela Emissora; (d) pela cisão de Controlada com versão da totalidade do acervo cindido para a Emissora; (e) no caso de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou quotas, ou qualquer outra reorganização societária realizada exclusivamente entre as Controladas da Emissora; e/ou (f) observado o disposto nesta Escritura, no caso de realização pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas, de uma Operação Societária;

(xxi) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 acima;

(xxii) não observância, pela Emissora enquanto houver Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, incluindo as demonstrações financeiras de empresas adquiridas, caso ainda não tenham sido contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora ("Índices e Limites Financeiros"):

- (a) Dívida Líquida / EBITDA $\leq 2,50x$; e
- (b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida $\geq 1,75$.

Para os fins do disposto no inciso (xxii) acima, os termos abaixo tem os seguintes significados:

Dívida Líquida: (+) Endividamento Total (-) Disponibilidades, conforme definições abaixo:

Endividamento Total: (+) Endividamento Curto Prazo (+) Endividamento Longo Prazo (+) dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas Controladas, inclusive as obrigações contabilizadas na conta "Compromissos a Pagar" das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



27

Endividamento Curto Prazo: (+) saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto prazo com instituições financeiras, conforme balanço patrimonial da Emissora, incluindo operações de mercado de capitais de curto prazo;

Endividamento Longo Prazo: (+) saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras, conforme balanço patrimonial da Emissora, incluindo operações de mercado de capitais de longo prazo.

Disponibilidades: saldo de caixa e aplicações financeiras.

EBITDA: (+) resultado operacional antes do resultado financeiro, (+) depreciação e (+) amortização de ágio, líquida de deságio, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração.

Despesa Financeira Líquida: (+) Despesas Financeiras (-) Receitas Financeiras, conforme definições abaixo:

Despesas Financeiras: somatório, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a *hedge*/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio; e

Receitas Financeiras: somatório, relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, receitas relacionadas a *hedge*/derivativos.

Os Índices e Limites Financeiros serão acompanhados pelo Agente Fiduciário trimestralmente considerando os 12 (doze) meses anteriores, com base nas informações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora e do relatório emitido pelo auditor independente demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura, deverá considerar o período encerrado em 30 de setembro de 2014.

5.5.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nos itens (i), (ii), (iv), (v), (vii), (x), (xiii) e (xxi) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do que for devido, nos termos da Cláusula 5.5.4 abaixo.

uu




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

28



726338

5.5.3. Na ocorrência de quaisquer outros eventos não mencionados na Cláusula 5.5.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) de sua ciência, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 desta Escritura. Na referida Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Caso não seja instalada a Assembleia Geral de Debenturistas, em razão de não haver o *quorum* mínimo mencionado na presente Cláusula, ou caso instalada, os Debenturistas decidam pelo vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, comunicando tal fato à Emissora, nos termos da Cláusula 5.5.4 abaixo.

5.5.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para a CETIP, para o Escriturador Mandatário e para o Banco Liquidante, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, acrescido dos Encargos Moratórios, se for o caso, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.5.5. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) de antecedência do pagamento referido nas Cláusulas 5.5.2 e 5.5.3 acima.

5.5.6. Caso a Emissora não proceda ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, na forma estipulada na Cláusula 5.5.4 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3.1 acima, salvo na ocorrência do inciso (ii) da Cláusula 5.5.1.1, hipótese em que os Encargos Moratórios incidirão desde a data em que o pagamento deveria ter sido efetuado.

5.5.7. Para fins de verificação, pelo Agente Fiduciário, do disposto nos itens (iv), (v), (vi), (xi), (xii), (xv), (xvii), (xviii) e (xx) da Cláusula 5.5.1.1 acima, em relação às Controladas, o Diretor de Relações com Investidores da Emissora, ou, na sua ausência, o Diretor Financeiro da Emissora, deverá encaminhar trimestralmente declaração atestando a não ocorrência das referidas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 6.1(i)(a) abaixo.

ulu



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Além de observar as obrigações impostas pela legislação em vigor, a Emissora se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) no prazo previsto na legislação vigente, após o término de cada exercício social e após o término de cada trimestre, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas do relatório da administração da Emissora e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, nos termos do inciso (xxii) da Cláusula 5.5.1.1 acima, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura tanto pela Emissora quanto por suas Controladas; e cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora;

(b) documentos comprobatórios da utilização dos recursos captados na presente Emissão, decorrentes da integralização das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7 desta Escritura, a cada trimestre contado da data em que os recursos foram transferidos para sua destinação;

(c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;

(d) nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, se ali não previstos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, cópias dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;

(e) no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;

(f) no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.9 acima;

du

g

ESTACIO
DIRETORIA JURÍDICA



[Assinatura]

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726340

30

(g) no prazo de até 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, informações sobre qualquer descumprimento não sanado de obrigações de natureza pecuniária previstas nesta Escritura;

(h) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de obrigações de natureza não pecuniária previstas nesta Escritura;

(i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para os Debenturistas que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário;

(j) dentro de, no máximo 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco (*rating*) das Debêntures, contratada na forma desta Cláusula;

(k) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;

(ii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

(iii) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(iv) atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;

(v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem às Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;

u



4

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

31



726341

(vi) informar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer evento considerado como hipótese de vencimento antecipado, nos termos da Cláusula 5.5 acima;

(vii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(viii) manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar, via sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;

(ix) manter seus bens e ativos devidamente seguros por companhia de primeira linha, conforme práticas correntes da Emissora;

(x) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(xi) cumprir, no que for aplicável, rigorosamente à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as mesmas medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

(xii) cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

(xiii) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

all.



4

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

32



726342

(xv) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures nos termos da Cláusula 3.7 acima;

(xvi) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a agência classificadora de risco e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);

(xvii) efetuar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário;

(xviii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xix) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), as declarações prestadas nesta Escritura, no que for aplicável;

(xx) informar em até 3 (três) Dias Úteis (conforme definido abaixo) ao Agente Fiduciário qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que possa impactar os critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros;

(xxi) manter, e garantir que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não tenha um Efeito Adverso Relevante;

(xxii) guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão bem como disponibilizá-la aos Coordenadores em um prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo), após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;

(xxiii) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas, incorretas ou inconsistentes;

(xxiv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACCB8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726343

33

(xxv) enviar pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 7.4 (xiii) abaixo;

(xxvi) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral pela Emissora;

(xxvii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;

(xxviii) na forma, prazos e condições previstos na legislação em vigor, apresentar ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;

(xxix) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;

(xxx) autorizar os Coordenadores, nos limites da legislação em vigor, a divulgarem os termos da Emissão, inclusive *marketing* com o logo da Emissora, por qualquer meio;

(xxxi) prestar informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;

(xxxii) com suas Controladas, apresentar documentos que não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão;

(xxxiii) realizar a manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão a ela ou qualquer Controlada, direta ou indireta, condição fundamental de funcionamento;

(xxxiv) comunicar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, assim como as autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, a ser assumida em decorrência da Emissão;

(xxxv) comunicar imediatamente aos Debenturistas qualquer fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão dos Investidores Qualificados de adquirir as Debêntures;

(xxxvi) não divulgar ao público informações referentes a ela, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

34



726344

disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"); e

(xxxvii) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta, exceto em relação às informações divulgadas ao mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400; (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar valores mobiliários de sua emissão, salvo nos termos previstos no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), da Lei das Sociedades por Ações e das demais normas atualmente em vigor, bem como da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário declara:

(i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida; aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iii) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(iv) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições, e não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(v) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

Ur
ESTACIO
DIRETORIA JURIDICA

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

35



726345

(vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(vii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(viii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(ix) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.5 desta Escritura;

(x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(xi) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; que tal verificação ocorreu por meio de informações e documentos fornecidos pela Emissora;

(xii) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e

(xiii) que, na data de celebração desta Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na primeira (1ª) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, distribuída publicamente com esforços restritos de colocação ("Primeira Emissão de Debêntures"). No âmbito da Primeira Emissão de Debêntures, foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). As debêntures da Primeira Emissão de Debêntures tem prazo de vencimento de 90 (noventa) meses contados da data de emissão das debêntures, ocorrendo, portanto, o seu vencimento em 25 de maio de 2019. Não foram dados bens em garantia. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, ou inadimplemento de tais debêntures da Primeira Emissão de Debêntures. Além da Primeira Emissão de Debêntures da Emissora, o Agente Fiduciário não atuou como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora e/ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

ESTÁCIO
1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726346

36

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetua-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

ulu



SP

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726347

37

(i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(x) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;

Uli

§



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



726348

28

(xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;

(xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 12, inciso XVII da Instrução CVM 28, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, Controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea k, itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

(xiv) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

elr.



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



726349

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede do Coordenador Líder (conforme definido no Contrato de Colocação).

39

(xv) publicar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP;

(xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;

(xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ciência, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xx) verificar, diariamente, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures efetuado pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site "www.oliveiratrust.com.br"; e

(xxi) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

all




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726350

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e Encargos Moratórios devidos, se for o caso, nas condições especificadas;

(ii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis;

(iii) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora, se for o caso, salvo deliberação em contrário.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5(iv) acima.

7.7. A título de honorários pelos serviços prestados serão devidas pela Emissora parcelas anuais de R\$6.000,00 (seis mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, pagas 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.8. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferência telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como à (i) execução das garantias, caso sejam concedidas; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, caso sejam concedidas; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.9. No caso de celebração de aditamentos à Escritura, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão devidas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

ell

ESTACIO
2

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726351

- 61
- 7.10. Os tributos vigentes à época do pagamento serão acrescidos à remuneração proposta.
- 7.11. As parcelas de remuneração dispostas acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), a partir da Data de Emissão.
- 7.12. Os serviços previstos nesta Escritura a serem prestados pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.
- 7.13. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora. O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.
- 7.14. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias.
- 7.15. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.
- 7.16. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus a mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726352

prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

h2

7.17. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, no caso de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados na legislação aplicável ou na Escritura como configuradores de vencimento antecipado das Debêntures.

7.18. As despesas a que se referem as Cláusulas 7.13 e 7.14 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da data da solicitação;

(iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e

(iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.19. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.20. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nesta Escritura, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

uu



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

43

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive no que diz respeito a sua convocação, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. *Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas*

8.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo); ou (iv) pela CVM.

8.3.2. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9 acima com a antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.3.3. A publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais referida na Cláusula 8.3.2 acima estará dispensada na hipótese de comparecimento de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

8.4. *Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas*

8.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

8.4.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral dos Debenturistas.

8.4.3. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.4.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.5. *Quoruns de Deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas*

8.5.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.

u.
§

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726354

8.5.2. As deliberações serão tomadas pela maioria das Debêntures em Circulação, exceto nas hipóteses previstas nas Cláusulas 8.5.3 e 8.5.4 abaixo, em que serão observados os quoruns qualificados de que tratam a presente Escritura.

8.5.3. As deliberações dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo): (i) nas hipóteses de alteração das Cláusulas 4.1.3 (Data de Vencimento), 4.5 (Juros Remuneratórios), 4.7 (cronograma de amortização), 5.4 (termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado) e, ainda, de quaisquer termos e condições constantes da presente Cláusula 8; e (ii) quando a Assembleia Geral de Debenturistas for convocada para deliberar sobre (a) a alteração da Data de Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 5.3.6 ou (b) a transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, nos termos da Cláusula 5.5.1, (xiii).

8.5.4. As deliberações dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo): (i) na hipótese de alteração da Cláusula 5.5.1 (Vencimento Antecipado), ressalvado o item (xiii) de tal Cláusula; e (ii) quando a Assembleia Geral de Debenturistas for convocada para deliberar sobre: (a) o novo parâmetro a ser aplicado em substituição à Taxa DI, no caso de não haver substituto legal, nos termos das Cláusulas 4.5.2.4 a 4.5.2.6; (b) concessão, pela Emissora ou por suas Controladas, de garantias reais, fidejussórias ou flutuantes, inclusive por meio de acesso ao mercado de capitais via emissão de dívidas, passivos ou outras obrigações financeiras que sejam, de qualquer forma, consideradas preferenciais ou seniores em relação à Emissão nos termos da Cláusula 5.4.2; (c) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre o capital próprio, quando a Emissora estiver inadimplente com os Debenturistas em relação a qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, nos termos da Cláusula 5.5.1, (x); (d) alteração do objeto social conforme constante do estatuto social da Emissora em vigor na data de assinatura desta Escritura, que substancialmente modifique ou restrinja as atividades atualmente praticadas por ela, nos termos da Cláusula 5.5.1, (xii); (e) redução de capital social da Emissora, nos termos da Cláusula 5.5.1, (xiv); (f) contratação e/ou assunção, pelas Controladas consideradas em conjunto, de qualquer dívida, passivo e/ou outra obrigação financeira em valor individual ou agregado superior ao Limite de Endividamento, nos termos da Cláusula 5.5.1, (xvii); (g) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas Controladas, nos termos da Cláusula 5.5.1, (xx); e (h) o não vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.5.3.

8.5.5. Para efeito da constituição de quorum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, serão consideradas como "Debêntures em Circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas Controladas ou coligadas, bem como de titularidade dos respectivos diretores ou



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726355

conselheiros e dos respectivos parentes até segundo grau e dos respectivos cônjuges destes últimos.

45

8.5.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

(i) é sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM atualizado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(ii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(iii) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, observados os termos da legislação aplicável;

(iv) a celebração, os termos e condições desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) não resultarão em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora;

(v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos das Debêntures, ou para a realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais necessários, exceto pelo disposto na Cláusula 2 desta Escritura;

(vi) cada uma de suas Controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as leis do Brasil, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;

llr.

ESTÁCIO
4

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



726356

46

(vii) a Emissora e suas Controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;

(viii) mantém os seus bens e de suas Controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado e com o disposto nesta Escritura;

(ix) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de inadimplemento de seus termos;

(x) toda e qualquer dívida atualmente existente e contraída até a, e na presente data pela Emissora e/ou por suas Controladas no mercado de capitais nos termos da Cláusula 5.5.1 (xvii) acima não possui grau de preferência (senioridade) em relação à dívida representada pelas Debêntures desta Emissão;

(xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI divulgada pela CETIP, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

(xii) (a) as informações prestadas por ocasião da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao material de divulgação da Oferta, são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) não há outras informações que não aquelas mencionadas no item (a) acima (1) cuja omissão faça com que qualquer informação do material de divulgação da Oferta (se houver) seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente e/ou (2) que possa resultar em Efeito Adverso Relevante de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Oferta, em prejuízo dos Debenturistas;

(xiii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;

(xiv) as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, bem como as informações trimestrais da Emissora de 30 de junho de 2014, representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2014, não houve (a) nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (b) qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, e (c) qualquer alteração



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora, salvo pelos aumentos de capital aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 01 de julho de 2014 e pela Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de agosto de 2014.

(xv) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Efeito Adverso Relevante à Emissora ou às Debêntures, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e/ou nas informações trimestrais;

(xvi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, incluindo mas sem limitação no que diz respeito às regras emanadas pela CVM, dentre elas aquelas dedicadas à divulgação de ato ou fato relevantes e informações periódicas e eventuais, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

(xvii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

(xviii) possui válidas e eficazes todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não tenha um Efeito Adverso Relevante;

(xix) inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, do qual tenha sido a Emissora devidamente notificada, (1) que tenha um Efeito Adverso Relevante, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e/ou nas informações trimestrais, ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura; e

(xx) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

9.2. A Emissora obriga-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 9.1 acima seja falsa, incorreta, imprecisa, inconsistente, incompleta ou insuficiente na data em que foi prestada.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para as partes abaixo listadas, nos termos das Cláusulas 10.2 e 10.3:


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

ESTACIO
lli. L
B



726358

(i) Para a Emissora:

Estácio Participações S.A.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ

CEP: 22775-040

At.: Virgílio Gibbon

Tel.: (21) 3311-9700

Fax: (21) 3311-9722

E-mail: virgilio.gibbon@estacio.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca Rio de Janeiro/RJ CEP: 22640-100

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mails: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

São Paulo/SP

CEP: 04309-010

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

São Paulo/SP

CEP: 04309-010

At.: João Paulo Silva Euvaldo, Ana Paula Gralhóz Stringueta e Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1963/ 5029-1910

Fax: (11) 5029-1535/ 5029-1528/ 5029-1920

Emails: joao.euvaldo@itau-unibanco.com.br / ana.stringueta@itau-unibanco.com.br /

claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar,

Rio de Janeiro/RJ

CEP 20031-170

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308 // 2262-5481

llr



P

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A

Nire: 33300282050

Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8

Arquivamento: ED33000564-000/0

49



Ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar,
São Paulo/SP
CEP 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo na forma de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente e/ou e-mail enviado pelo destinatário. Os respectivos originais, quando aplicável, deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) após o envio da mensagem.

10.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada por escrito à outra Parte.

10.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo e feriado declarado nacional ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente 'Dia Útil' será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de 'Dia Útil', entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito. Nesse sentido, ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar,



4

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726360

no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.8. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.10. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.12. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.13. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

11.2. E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2014.

48



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

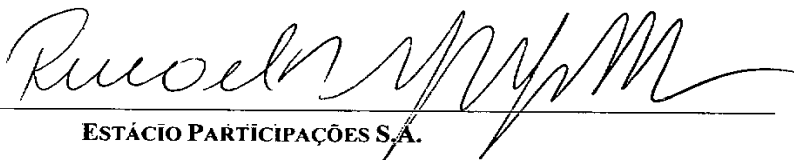
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

51

[Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda (2ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos de Distribuição, da Estácio Participações S.A.]



726361


ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: Rogério Frota Melzi
Cargo: Diretor Presidente

Por: Virgílio Deloy Capobianco Gibbon
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores






Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0



726362

[Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda (2ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos de Distribuição, da Estácio Participações S.A.]

52

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
Cargo: PROCURADORA

Por: Silvia Cristina de Oliveira
Cargo: Procuradora



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
Nire: 33300282050
Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
Arquivamento: ED33000564-000/0

53

[Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda (2ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos de Distribuição, da Estácio Participações S.A.]



726363

Testemunhas:

1.
 Nome: Daniel Bastos Venturini
 RG: 09601225-7

2.
 Nome: Raphaela Renata Coutinho Cabral
 CPF: 103.005347-28
 RG: 20165960-4



Valéria G. M. Serra
 Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: ESTACIO PARTICIPACOES S/A
 Nire: 33300282050
 Protocolo: 0020143333003 - 22/09/2014
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 431F1E514BB6F3D39679C95A4F327E1B2C9A9BBC66B1651C84DADC238981ACC8
 Arquivamento: ED33000564-000/0